



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

**1.1. AQUISIÇÃO**, sob demanda, de **SONDAS, TUBOS E DRENOS**, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Programa Melhor em Casa, pelo período de 1 (um) ano;

**1.2. Requisitantes:** Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Programa Melhor em Casa;

**1.3. Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da Lei nº 14.133/21;

**1.4. Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto 11.462/2023;

**1.5. Prazo:** 1 (um) ano a contar da data da assinatura da Ata de Registro.

#### 2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** Aquisição, sob demanda, de Sondas, Tubos e Drenos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	HMRS	HMNF	PME	TOTAL
1	435900	Sonda de Alimentação Enteral 08FR Neonatal 40cm. Apresenta-se em tubo de silicone grau farmacêutico Branco radiopaco, possui conector proximal em "Y" com 2º via em peça única, possui ponteira com um furo central e quatro laterais. Acompanha bisnaga com lubrificante à base de vaselina para retirada do guia. Fio guia de aço inox.	UNID	24	32		56



2	435898	Sonda de Alimentação Enteral 06FR Neonatal 40cm. Apresenta-se em tubo de silicone grau farmacêutico Branco radiopaco, possui conector proximal em "Y" com 2º via em peça única, possui ponteira com um furo central e quatro laterais. Acompanha bisnaga com lubrificante à base de vaselina para retirada do guia. Fio guia de aço inox.	UNID	12	32		<b>44</b>
3	436005	Sonda de Foley 2 Vias Nº 08 – 3ml/Cc (Látex Siliconizado)	UNID	24			<b>24</b>
4	436008	Sonda de Foley 2 Vias Nº 10 – 3ml/Cc (Látex Siliconizado)	UNID	48			<b>48</b>
5	436009	Sonda de Foley 2 Vias Nº 12 – 10ml/Cc(Látex Siliconizado)	UNID	360			<b>360</b>
6	464223	Sonda de Foley 2 Vias Nº 22 – 5ml/Cc (Látex Siliconizado)	UNID	180			<b>180</b>
7	464218	Sonda de Foley 2 Vias Nº 24 – 5ml/Cc (Látex Siliconizado)	UNID	120		16	<b>136</b>
8	438983	Sonda Descart. Siliconizada Nasogástrica – Levine Nº 10 (Longa)	UNID	360			<b>360</b>
9	438984	Sonda Descart. Siliconizada Nasogástrica – Levine Nº 12 (Longa)	UNID	180			<b>180</b>
10	438985	Sonda Descart. Siliconizada Nasogástrica – Levine Nº 14 (Longa)	UNID	384			<b>384</b>
11	438986	Sonda Descart. Siliconizada Nasogástrica – Levine Nº 16 (Longa)	UNID	360			<b>360</b>



12	438987	Sonda Descart. Siliconizada Nasogástrica – Levine Nº 18 (Longa)	UNID	960		31	<b>991</b>
13	435911	Sonda Descart. Siliconizada Nasogástrica – Levine Nº 20 (Longa)	UNID	600			<b>600</b>
14	435912	Sonda Descart. Siliconizada Nasogástrica – Levine Nº 22 (Longa)	UNID	240			<b>240</b>
15	438401	Sonda Descart. Siliconizada Nasogástrica – Levine Nº 4 (Longa)	UNID	120			<b>120</b>
16	438981	Sonda Descart. Siliconizada Nasogástrica – Levine Nº 6 (Longa)	UNID	240			<b>240</b>
17	437217	Sonda Descart. Siliconizada Nasogástrica – Levine Nº 8 (Longa)	UNID	360			<b>360</b>
18	438116	Sonda Descartável Siliconizada Flexível (Aspiração Traqueal nº 04) Descartável, em PVC cristal no comprimento de aproximadamente 34 cm, flexível, uma das extremidades é semi-fechada, possuindo pequeno orifício na ponta. <b>Solicitar amostra para aprovação da equipe técnica do HMRS e HMDMDC.</b>	UNID	240	810		<b>1050</b>
19	438116	Sonda Descartável Siliconizada Flexível (Aspiração Traqueal nº 06) Descartável, em PVC cristal no comprimento de aproximadamente 34 cm, flexível, uma das extremidades é semi-fechada, possuindo pequeno orifício na ponta. <b>Solicitar amostra para aprovação da equipe técnica do HMDMDC.</b>	UNID	240	4050		<b>4290</b>



20	438116	Sonda Descartável Siliconizada Flexível (Aspiração Traqueal nº 08) Descartável, em PVC cristal no comprimento de aproximadamente 34 cm, flexível, uma das extremidades é semi-fechada, possuindo pequeno orifício na ponta. <b>Solicitar amostra para aprovação da equipe técnica do HMDMDC e do Programa Melhor em casa.</b>	UNID	720	4050	468	<b>5238</b>
21	474446	Sonda Descartável Siliconizada Flexível (Aspiração Traqueal nº 10) Descartável, em PVC cristal no comprimento de aproximadamente 34 cm, flexível, uma das extremidades é semi-fechada, possuindo pequeno orifício na ponta. <b>Solicitar amostra para aprovação da equipe técnica do HMDMDC e do Programa Melhor em casa.</b>	UNID	1800	810	406	<b>3016</b>
22	454405	Sonda Descartável Siliconizada Flexível (Aspiração Traqueal Nº 12) Descartável, em polivinil, atóxica, transparente, flexível, siliconizada, para aspiração traqueal. <b>Solicitar amostra para aprovação da equipe técnica do Programa Melhor em casa.</b>	UNID			281	<b>281</b>
23	454402	Sonda Descartável Siliconizada Flexível (Aspiração Traqueal Nº 14) Descartável, em polivinil, atóxica, transparente, flexível, siliconizada, para aspiração traqueal. <b>Solicitar amostra para aprovação da equipe técnica do Programa Melhor em casa.</b>	UNID			468	<b>468</b>



24	389961	Sonda Descartável Siliconizada Flexível (Aspiração Traqueal Nº 18) Descartável, em polivinil, atóxica, transparente, flexível, siliconizada, para aspiração traqueal. Podendo haver válvula de pressão negativa.	UNID	2400			<b>2400</b>
25	389963	Sonda Descartável Siliconizada Flexível (Aspiração Traqueal Nº 20) Descartável, em polivinil, atóxica, transparente, flexível, siliconizada, para aspiração traqueal. Podendo haver válvula de pressão negativa.	UNID	1200			<b>1200</b>
26	435892	Sonda para Varizes Esofágicas - PVC BCI tipo Sengstaken Blackemore CH. 16	UNID	24			<b>24</b>
27	451245	Tubo Orotraqueal Nº 2 COM Cuff c/marcadores de cordas vocais e linha radiopaca, com marca de graduação a cada 1 centímetro.	UNID	24			<b>24</b>

**2.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

**2.3.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 143/2024.

**2.4.** O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021;

**2.5.** O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade constante do insumo utilizado frequentemente dentro das unidades de saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa para Administração.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**



**3.1.** A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

**3.2.** Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de Sondas, Tubos e Drenos, para suprir as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Programa Melhor e Casa, pelo período de 1 (um) ano;

**3.3.** A presente aquisição, visa suprir a necessidade das unidades de saúde, visto que os itens solicitados restaram Frustrados/Desertos no processo administrativo sob nº 5151/2023, Pregão Eletrônico nº 131/2023, conforme Termo de Julgamento e Cópia do Anexo XI do PA 5151/2023, acostado às fls. 15/22 e 23/38 respectivamente;

**3.4.** O quantitativo para o Hospital Municipal Raul Sertã teve como base o consumo dos materiais dos anos 2021, 2022 e 2023, conforme planilha acostada às fls. 06/07;

**3.5.** O quantitativo para o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro teve como base o consumo dos materiais de janeiro de 2022 a dezembro 2022, com uma margem de segurança de aproximadamente 35%, conforme planilha acostada às fls. 10/11;

**3.6.** O quantitativo para o Programa Melhor em Casa teve como base o consumo dos materiais dos anos 2021, 2022 e 2023, com uma margem de segurança de aproximadamente 30%, conforme planilha acostada à fl. 14;

**3.7.** Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como o quantitativo dos objetos solicitados, foram indicados pelas equipes técnicas das unidades de saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**4.1. AQUISIÇÃO**, sob demanda, de **SONDAS, TUBOS E DRENOS**, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Programa Melhor em Casa, pelo período de 1 (um) ano;

**4.2.** A presente aquisição, visa suprir a necessidade das unidades de saúde, visto que os itens solicitados restaram Frustrados/Desertos no processo administrativo sob nº 5151/2023, Pregão Eletrônico nº 131/2023, conforme Termo de Julgamento e Cópia do Anexo XI do PA 5151/2023, acostado às fls. 15/22 e 23/38 respectivamente;



**4.3.** A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, via registro de preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço unitário, para possibilitar a competitividade aos participantes. Dessa forma assegurando maior economicidade na aquisição;

**4.4.** Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 7.892/2013, refere-se ao Inciso IV, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

**5.2.** A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021;

**5.3.** Atender às solicitações nos prazos estipulados;

**5.4.** Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas unidades requisitante;

**5.5.** Entregar o objeto e quantitativos, conforme a solicitação das unidades requisitantes, no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos no Termo de Referência;

**5.6.** Entregar os produtos contendo em sua embalagem, rótulo para conferência, com data de fabricação, validade e/ou vida útil, aos itens aplicáveis;

**5.7.** Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

**5.8.** Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência;

**5.9.** Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;



**5.10.** Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

**5.11.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**5.11.1.** Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes);

**5.12.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

**5.13.** Da exigência de amostra:

**5.13.1.** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o fornecedor interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, deverá apresentar amostras, que terá data, local e horário de sua realização, divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados;

**5.13.2.** Serão exigidas amostras dos itens 18, 19, 20, 21, 22 e 23;

**5.13.3.** As amostras deverão ser entregues na Av. Alberto Braune, nº 224, 2º andar, Sala 212, Centro, Nova Friburgo/RJ, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;





**5.13.4.** É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pela empresa interessada, antes de findo o prazo;

**5.13.5.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

**5.13.6.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;

**5.13.7.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro fornecedor classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo fornecedor classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência;

**5.13.8.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;

**5.13.9.** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores na Av. Alberto Braune, nº 224, 2º andar, Sala 212, Centro, Nova Friburgo/RJ, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento;

**5.13.10.** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

## **6. EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**6.1.** O prazo de entrega do objeto é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, conforme demanda, conveniência e necessidade que cada unidade requisitante;

**6.2.** A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada unidade requisitante:

**6.2.1. ALMOXARIFADO CENTRAL** – Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar, Centro, Nova Friburgo/RJ. CEP: 28623-000. Respeitando os dias de entrega, de segunda a quinta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;



**6.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

**6.4.** Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

**6.5.** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**6.6.** Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

**6.7.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

**6.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7. GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

**7.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

<b>SERVIDOR</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>
Angela Maria Sardou Charret	062.400	Superior Imediato
Bianca Cortela Dutra	062.432	Fiscal Titular



Cristina B. Gomes	209-212	Fiscal Substituto
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Higor de Barros Pinto	063.344	Gestor Substituto

**7.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

**7.4.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

**7.5.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

**7.6.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

**7.7.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

**7.8.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

**7.9.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

**7.10.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º);

**7.11.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;



**7.12.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.4 deste Termo de Referência;

**8.2.** Para exigências de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **8.2.1. Habilitação jurídica**

**8.2.1.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.2.1.2 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.2.1.3 - Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.2.1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.1.5 - Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.2.1.6 - Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



8.2.1.7 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.1.8 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.1.9 - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.2.1.10 - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.2.1.11 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **8.2.2. Qualificação Econômico-Financeira**

8.2.2.1 - **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.2.2 - **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.2.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.2.2.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A



declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.2.2.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.2.2.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.2.2.7 Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

### **8.2.3. Qualificação Técnica**

8.2.3.1- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.3.2- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.2.3.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.2.3.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3 Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa.



8.4 - Comprovação da Autorização de Funcionamento válida, da empresa participante da licitação, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme artigos 1º e 2º da Lei 6.360/1976.

8.5 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

9.2.1. Gestão/Unidade: Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica;

9.2.2. Fonte de Recursos: 1600;

9.2.3. Programa de Trabalho: 30001.10.302.0085.2.202, 30001.10.302.0085.2.203 e 30001.10.302.0083.2.199;

9.2.4. Elemento de Despesa: 33.90.30.08;

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

## 10. LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023.

## 11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:





**11.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;

**11.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

**11.1.3.** FGTS;

**11.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

**11.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

**11.1.6.** Estadual CND – Referente ao ICMS;

**11.2.** A Nota Fiscal deverá conter identificação do Banco, número da agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**11.3.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento;

**11.4.** Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado;

**11.5.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**11.5.1.** O prazo de validade;

**11.5.2.** A data da emissão;

**11.5.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;

**11.5.4.** O período respectivo de execução do contrato;

**11.5.5.** O valor a pagar;

**11.5.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

**11.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a com





provação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

**11.7.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

**11.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**11.8.1.** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

**11.8.2.** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

**11.9.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

**11.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**11.11.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

**11.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

**11.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**11.14.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;



**11.15.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **12 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **12.1. Caberá à Contratante:**

**12.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com edital e seus anexos, Termo de Referência as cláusulas contratuais;

**12.1.2.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**12.1.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**12.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**12.1.5.** Efetuar o pagamento no prazo previsto;

## **13 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

**13.2.** Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 11.1.1 a 11.1.6;

**13.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

**13.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;



**13.5.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

**13.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**13.7.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação;

**13.8.** Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**13.9.** Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.10.** A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na unidade requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

## **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21;

**14.2.** Comete infração administrativa:

**14.2.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**14.2.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.2.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;



**14.2.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**14.2.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**14.2.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.2.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**14.2.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**14.2.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.2.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**14.2.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.2.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**14.3.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**14.4.** Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

**14.4.1.** Advertência;

**14.4.2.** Multa de até 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**14.4.3.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 3 (três) anos;



**14.5.** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 157 e 158 da Lei n.º 14.133/21;

**14.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, o caráter educativo da pena, dano causado à administração, as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias agravantes e atenuantes, observado o princípio da proporcionalidade.

## **15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

**15.2.** O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 01 de fevereiro de 2024.

Termo de Referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus  
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS  
Mat. 063.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

**GABRIEL COSTA WENDERROSCHY**  
Secretário Municipal de Saúde  
Mat. 063.454